

Objetivo é que a sociedade possa entender o acordo e acompanhar o cumprimento das obrigações

O Ministério Público Federal (MPF) publicou uma página especial na internet para detalhar informações sobre o acordo relativo aos impactos socioambientais do naufrágio do navio Haidar em Barcarena (PA). O microsite pode ser acessado em www.mpf.mp.br/pa/haidar

Homologado em fevereiro pela Justiça Federal, o acordo foi firmado entre MPF, Ministério Público do Estado do Pará, Defensoria Pública do Estado do Pará, Defensoria Pública da União, Estado do Pará, município de Barcarena, União e empresas responsáveis pelo porto, pela carga e pelo navio.

O naufrágio, com uma carga de cinco mil bois vivos, ocorreu em outubro de 2015. O acordo determinou que R\$ 7,6 milhões serão destinados às famílias atingidas pelo acidente, e R\$ 3 milhões serão destinados ao custeio de projetos comunitários de assistência social e educacional, como pagamento pelos danos coletivos.

A página apresenta detalhes sobre as indenizações individuais e a indenização coletiva, relação de todas as famílias indenizadas – incluindo listas divididas por comunidades –, e informações relativas à remoção da embarcação e ao monitoramento ambiental do local de destinação das carcaças, além de dados sobre as discussões para o aperfeiçoamento da atividade de embarque de carga viva.

Fonte: Ministério Público Federal no Pará, em 21.03.2018.